

II QUESTIONÁRIO – DIREITO FINANCEIRO
Professor Titular Heleno Torres

- 1) Defina a despesa pública e explique as fases do processo de realização da despesa pública contratada. Como a licitação e os contratos administrativos se inserem no ciclo orçamentário, durante o processo de execução da despesa pública?
- 2) Como funcionam as vinculações constitucionais para a saúde (art. 198) e a educação (art. 212)? Quais suas implicações para o pacto federativo e para a efetividade de tais direitos fundamentais?
- 3) Desvinculações de receitas podem retirar receita constitucional atribuída como “despesa obrigatória” com direitos sociais (saúde)?
- 4) O que entende por “ordenador de despesas” e quais suas obrigações? Nosso ordenamento faz alusão tanto a um controle de legalidade quanto a um controle de legitimidade. Como deveriam ser compreendidos esses conteúdos? Explique as diferenças entre os controles de legalidade e legitimidade?
- 5) O que você entende por “regra de ouro” e qual sua relação com o conceito de “teto de gastos”?
- 6) Quais são os limites dos gastos com pessoal na União, nos estados e nos municípios?
- 7) Explique as classificações sobre a dívida pública previstas em nossa legislação. Faça a distinção entre amortização e conversão da dívida.
- 8) O que você entende por dívida pública? Faça um resumo das mudanças apresentadas pela Emenda à Constituição nº 109/21 quanto à dívida pública.
- 9) Tendo em vista a resolução do Senado Federal 43/2001 e a Lei Complementar nº 148/2014, quais são os requisitos para a municipalidade contratar operação de crédito diretamente com entidade internacional de fomento? E para emissão de títulos mobiliários? Tais requisitos comprometem o Pacto Federativo?
- 10) Explique a noção de sustentabilidade intergeracional na LRF para o controle da dívida pública.

- 11) Compete ao Senado Federal, de acordo com o art. 52, VI, da Constituição Federal, fixar limites para a dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios. Os limites para o endividamento de Estados e Municípios estão estipulados na Resolução 40/2001 do Senado Federal. Quais são os limites da dívida pública dos estados e dos municípios brasileiros? Quais as limitações impostas pela Constituição à União?
- 12) Quais são os fundos constitucionais previstos no ordenamento constitucional? Explique a diferença destes.
- 13) Como se operam as transferências especiais de receitas da União, as de emendas parlamentares e bancadas estaduais, bem como suas distinções com as chamadas Emendas RP-9 de relator do orçamento.
- 14) As transferências obrigatórias aos fundos de participação dos Estados e Municípios podem ser bloqueadas como garantia de pagamento das dívidas dos entes subnacionais com a União, como se lê no art. 160 da CR/1988. Esclareça os motivos, além da distinção entre essas modalidades de fundos e a forma de distribuição dos recursos.
- 15) O que são gastos tributários e quais os limites previstos na Constituição e na LRF para sua criação? É possível o legislador criar isenção e determinar a inaplicabilidade daqueles limites?
- 16) Relacione as competências do controle externo (art. 71) com as atribuições do sistema de controle interno (art. 74, ambos da CR/1988). Fale sobre o conteúdo dos princípios da legalidade, economicidade e legitimidade quanto aos níveis de controle (interno e externo) da Administração Pública ali definidos. E como o cidadão, diante do acesso a tais informações, pode controlar o ciclo orçamentário?
- 17) O que são e como funcionam os Tribunais de Contas no Brasil? Fale sobre composição, ministério público e competências. O controle exercido pelo Poder Judiciário - das condutas do Poder Executivo sob o aspecto da legalidade - pode ser entendido como exercício do Controle Externo da administração pública?
- 18) O Tribunal de Contas tem poderes para promover execução direta de débitos dos condenados por suas decisões? Como se operam as execuções de suas decisões? O Plenário pode examinar questão de constitucionalidade?

- 19) Quais são as diferenças do controle incidente sobre as contas de gestão (art. 71, II da CR/1988) em face do controle incidente sobre as contas de governo (art. 71, I da CR/1988), que é atividade privativa do controle político-parlamentar.
- 20) Identifique as missões do Controle Interno no texto Constitucional. Explique a função e atuação da Controladoria Geral da União. A fiscalização realizada por ela envolve o controle interno ou externo? A Controladoria Geral da União é controlada por algum órgão?